



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES  
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO  
GABINETE DA SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

OFÍCIO Nº 409/2025/GAB-SENATRAN/SENATRAN

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor  
GIVALDO VIEIRA  
Presidente

Associação Nacional dos Detrans - AND

Av. W3 Sul, SRTVS, Quadra 701, Ed. Centro Empresarial Assis Chateaubriand, Bloco 01, Sala 231, Asa Sul  
CEP 70340-906 – Brasília/DF

**Assunto: Resposta à manifestação da AND sobre Edital de Chamamento Público nº 0076/2025.**

Sr. Presidente,

1. Em referência ao Ofício nº 063-2025-AND (9706972), da Associação Nacional dos Detrans, comunicamos que, após detida análise da área técnica pertinente ao tema, temos a esclarecer o que segue.
2. Conforme art. 24, do Anexo I, do Decreto nº 11.360, de 1º de janeiro de 2023, à Secretaria Nacional de Trânsito - SENATRAN compete exercer as competências estabelecidas no art. 19, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, assumindo, portanto, a condição de órgão máximo executivo de trânsito da União.
3. A atuação da SENATRAN, na qualidade de órgão máximo executivo de trânsito da União e órgão central do Sistema Nacional de Trânsito, está plenamente respaldada nas competências legais estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro. Cabe à SENATRAN coordenar, supervisionar e fomentar políticas públicas nacionais voltadas à modernização e à integração dos serviços de trânsito, inclusive no que se refere à organização e manutenção dos sistemas RENAVAL, RENACH e RENAINF.
4. O avanço na digitalização desses serviços, conforme estimulado pela Lei nº 14.129/2021 – Lei de Governo Digital, exige maior interoperabilidade entre os sistemas públicos e privados, especialmente entre os ecossistemas financeiro e de trânsito. Isso é essencial para garantir jornadas digitais mais eficientes, seguras e transparentes aos usuários, além de mitigar riscos operacionais, de fraude e de governança.
5. A criação de soluções tecnológicas que viabilizem a intermediação do pagamento de débitos, portanto, não representa qualquer usurpação de competência arrecadatória dos DETRANS ou demais entes federados. A SENATRAN, em nenhum momento, pretende exercer atividade de arrecadação, tampouco possui meios legais ou técnicos para isso, à luz dos normativos vigentes. Seu papel é o de estruturar e disponibilizar, em parceria com o SERPRO, uma ferramenta sistêmica e integrada de uso facultativo, que possa ser adotada pelos DETRANS interessados, sempre respeitando a titularidade da arrecadação e a autonomia dos entes subnacionais.
6. A implantação de qualquer solução de pagamento dependerá, necessariamente, da adesão e participação do respectivo DETRAN, titular dos débitos e responsável por sua arrecadação. Portanto, não haverá imposição ou implantação unilateral de solução tecnológica por parte da SENATRAN, à luz dos normativos vigentes, justamente porque não há como assegurar a arrecadação sem a atuação ativa do órgão arrecadador.
7. Ademais, a solução de broker de pagamentos proposta pela SENATRAN possui abrangência

mais ampla do que a simples quitação de tributos ou taxas estaduais ou municipais, alcançando também valores devidos a órgãos da União e transações não tributárias associadas à jornada do cidadão no trânsito, como compra de veículos e contratação de seguros. Trata-se, portanto, de uma infraestrutura tecnológica compartilhada, voltada à integração de diversos fluxos financeiros legítimos no contexto da mobilidade, sempre respeitando as competências dos entes envolvidos.

8. Dessa forma, a iniciativa promovida pela SENATRAN visa unicamente ampliar as possibilidades tecnológicas disponíveis aos entes integrantes do Sistema Nacional de Trânsito, em consonância com os princípios legais da eficiência, interoperabilidade, transformação digital e respeito às competências federativas.

9. Segue anexa Nota Técnica 7524 (9707257) formulada pelo Departamento de Regulação, Fiscalização e Gestão (DRFG), desta SENATRAN, onde os pontos aqui apresentados são exaustivamente delineados.

10. Outrossim, convém lembrar que a SENATRAN tem manifestado publicamente todas as iniciativas em curso para a promoção de maior eficiência e inovação dos serviços de trânsito, inclusive quanto à facilitação de pagamentos associados. Tais temas foram amplamente discutidos em inúmeras ocasiões, em especial nos diversos encontros nacionais promovidos pela entidade. Apenas para citar dois exemplos, foram designados seis representantes de DETRANs pela entidade para discutir um novo processo de transferência veicular, que inclui a custódia e liquidação de valores, já tendo ocorrido mais de uma reunião a respeito, e foram designados três representantes de DETRANs para discutirmos a melhoria dos processos de arrecadação de multas de trânsito, tema cujos problemas atuais são notórios, e foram destacados pelos próprios DETRANs em encontro realizado em Salvador/BA, em 2024.

11. A SENATRAN, como de praxe, se coloca à inteira disposição da AND e de seus associados para prover todos os esclarecimentos necessários, e para seguir com as tratativas e o desenvolvimento de soluções, em curso ou futuras, que facilitem a vida dos cidadãos, garantam maior conformidade e governança dos processos de trânsito e reduzam os custos associados, aumentando a eficiência administrativa.

12. Aproveitamos o ensejo para renovarmos nossos votos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

ADRUALDO DE LIMA CATÃO

Secretário Nacional de Trânsito

Anexos: Nota Técnica 7524 (SEI nº 9707257).



Documento assinado eletronicamente por **Adrualdo de Lima Catão, Secretário Nacional de Trânsito**, em 06/05/2025, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&acao\\_origem=documento\\_conferir&lang=pt\\_BR&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **9708346** e o código CRC **40F6C834**.



Referência: Processo nº 50000.019240/2025-12



SEI nº 9708346

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo, Ala Oeste, 2º Andar  
Brasília/DF, CEP 70044-902  
Telefone: (61) 2029-7810/8180/8179 - [www.transportes.gov.br](http://www.transportes.gov.br)